



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2

Ata da 2ª Reunião Extraordinária realizada no dia 04 de julho de 2022

Aos 04 de julho de 2022, às 13h e 45 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande - CBH GD2, deu início a 2ª Reunião Extraordinária do ano de 2022 e a 4ª Reunião de Trabalho, por Videconferência pela plataforma jit-si meet. Participaram on line os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Representantes do Poder Público Estadual:** Márcio Heitor Stelmo Silva (SES – MG; Reginaldo da Silva Alves (IEF); Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM); **Representantes do Poder Público Municipal:** Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras); Washington Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei); Matheus Augusto de Oliveira Alves (Prefeitura Municipal de Nepomuceno); Flávia Otaviana Machado (Prefeitura Municipal de Bom Sucesso); **Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:** Danielle de Paula Almeida Duarte (SAS – Barbacena); Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração); Josimar Cornélio da Páscoa (COPASA); Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG); Dênio Drummond Procópio (CEMIG – GT); **Representantes da Sociedade Civil:** Sálvio de Macedo Silva (UFSJ); Adriano Valério Resende (Ong IRIS); Maria das Graças Alves Costa (IFSudeste – MG); Paulo César José Giarola (ARPA – São João del-Rei). **Convidados:** Maria de Lourdes Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas - GECBH/); Fabiana Moura Campos (IGAM); Jeane Sabrina Maia (IGAM). A pauta da reunião contou com os seguintes pontos: Item 1) Abertura e verificação do quórum pelo Presidente; Item 2) Comunicado dos Conselheiros; Item 3) Discussão sobre a União dos Comitês de Bacias Hidrográficas Vertentes do Rio Grande - GD2 e Afluentes Mineiros dos Alto Rio Grande - GD1; Item 4) Considerações finais; Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo Presidente do Comitê, Gustavo Alvarenga Rodrigues que iniciou a reunião e fez o agradecimento à participação de todos. Logo após, passou-se para o 2º item da reunião comunicado dos Conselheiros. Não houve comunicados. Dando sequência, iniciou-se a Discussão sobre a União dos Comitês de Bacias Hidrográficas Vertentes do Rio Grande - GD2 e Afluentes Mineiros dos Alto Rio Grande - GD1. O Presidente do Comitê, Gustavo, iniciou a reunião e declarou: “Nós temos essa pauta interessante que vamos tentar chegar aqui no denominador comum e avaliar essa questão, essa proposta porque vai estar diretamente ligada à gestão hídrica da nossa região”. O conselheiro Reginaldo solicitou a palavra e propôs que ficaria interessante ao olhar do IGAM para essa fusão e gostaria de ouvir o representante. A conselheira Danielle (SAS- Barbacena) pediu a palavra e questionou: “Essa proposta veio do IGAM nessa junção dos dois comitês? O Presidente Gustavo respondeu me parece que veio do Conselho Estadual, mas como temos representantes do IGAM acredito que é mais objetivo que eles se pronunciem”. O conselheiro Eduardo (IGAM) comentou sobre a pergunta anterior “Essa discussão está no Conselho Estadual já há algum tempo e verificamos uma situação de planejamento e pactuação. A homogeneidade nas duas bacias nos mostra uma integração natural e a fusão é possível, as demandas são comuns e é a questão da arrecadação que foi um dos problemas apontados como limite para uma boa gestão desse processo. Existe uma controvérsia nesse processo em especial atendendo mais a demanda do GD1 do que do GD2”. O conselheiro Reginaldo (IEF) pediu a palavra e declarou: “eu sempre fui favorável desde o início do Plano Diretor que sugere essa unificação e vejo muitas vantagens. Vi vários momentos o GD1 com algum recurso e no GD2 também. Não vi avanço nesse período, não consegui identificar grandes evoluções e não conseguimos implementar quase nada até hoje. Os 2 Gds tem uma certa homogeneidade, características para conservação, o GD1 mais ainda que o GD2. Devemos nos fortalecer

pelo comitê e sinalizar que temos muita coisa para conservar em função de uma área com características de conservação e preservação, produção de água e a manutenção da biodiversidade. Se unificarmos pode gerar um certo interesse pelo comitê e melhorar a qualidade dos participantes com a gestão e planejamento que seja mais dinâmica, mais atuante, mais propositiva e não temos tempo de propor nada e ficar simplesmente a reboque daquilo que vem, principalmente outorga de grande porte que a gente virou praticamente um avalizador. Essa ideia de perder representatividade. De quem, quando, quem aqui que vai deixar de ser representativo numa eventual fusão? E se isso ocorrer como minimizar então? Poderíamos avançar, entender que existem perdas ou não e negociar isso juntos aos órgãos”. O vice-presidente Adriano pediu a palavra e declarou: “Eu sou contra. O Reginaldo falou sobre vantagens. Eu não vejo vantagem de unificar. A gente vai se tornar o maior GD. A gestão de áreas grandes é mais difícil que áreas menores. Essa questão de juntar é apenas de organização financeira. Agora com a cobrança falaram que vai melhorar a participação de conselheiros mais qualificados. Não vejo que isso aumenta a pauta de comitê. A gente está discutindo só meio ambiente. O nosso Plano Diretor foi implementado e nos primeiros dez anos a gente não fez uma linha de ação ambiental. Por que a gente não fez? Porque não tem recurso. A questão não é pauta de comitê, não é número de conselheiros, não é tamanho de área. A discussão é de onde virão os recursos para serem aplicados no Plano Diretor. Está lá no Plano Diretor que nenhum GD sozinho consegue manter uma entidade equiparada mesmo os 8 GDs juntos. A discussão que eu vejo é financeira, é custo. A gente podia pegar esse dinheiro dos outros GDs e distribuir igualmente para todos. Acho que isso seria mais viável. A gente tem muitos problemas sócio ambientais, saneamento básico, esgoto sendo jogado nos rios. Enfim, nós estamos passando para fase da cobrança. Como que nós vamos dividir esses recursos que virão com a cobrança? Espero que a gente consiga daqui a algum tempo fazer uma boa gestão desses recursos oriundos da cobrança”. O Presidente Gustavo solicitou a palavra e questionou: “eu queria tentar contribuir com uma dúvida, se a origem da arrecadação é oriunda do saneamento, se nós aumentarmos o número de municípios nós poderíamos eventualmente aumentar arrecadação? Se a origem da arrecadação e saneamento e se nós temos mais municípios isso não aumentaria a nossa arrecadação? O Vice-presidente Adriano respondeu: “Essa arrecadação já está prevista dentro do GD1 e já está tudo somado. Não tem como aumentar mais o pagamento, a não ser que se faça algum tipo de tratamento desse esgoto nessas pequenas cidades e tenha uma cobrança na captação e na emissão de esgoto e se fizer o tratamento tem um aumento significativo. “Pode ocorrer se houver o investimento em saneamento num desses 74 municípios acredito que automaticamente aumentaria essa arrecadação, frisou Gustavo”. Dando sequência, foi cedida a palavra ao conselheiro Deivid (FIEMG) que declarou “sou favorável a esta junção dos GDs. Qual prejuízo teríamos com a junção desses dois comitês, dessas duas bacias circunscricões hidrográficas? Não tem impacto nenhum negativo, pelo contrário isso fortalece. Quando a gente coloca esta discussão de unificar ficaria muito mais fácil porque o nosso papel aqui nessa proposta do IGAM é fazer gestão de recursos hídricos em uma bacia mais forte, mais robusta e que tem um número maior de municípios, para poder trabalhar com consórcios, com gestão de recuperação de áreas degradadas, estações de tratamento de efluentes. É isso que é gestão de Recursos Hídricos. A gente tem que parar de discutir a questão administrativa e partir para execução para que os demais reflitam sobre essa possibilidade de poder facilitar a gestão como um todo na bacia do Grande, de 8 GDs com o mesmo objetivo de fazer gestão de recursos hídricos”. Logo após, o conselheiro Paulo César (ARPA – SJDR) declarou: “que meu posicionamento continua o mesmo de parecer contra essa unificação apesar de fazer parte dos dois GDs pela ARPA. Nós vamos perder uma representatividade dos municípios sim, porque serão poucos municípios representando uma área muito grande. Os comitês estão lutando para sobreviver. Primeiro a gente tinha que implantar a cobrança e depois que começar a receber o recurso, ver como a gente vai caminhar. Respeito a opinião dos demais que são de parecer favorável”. A Conselheira Daniele (SAS – Barbacena) solicitou a palavra: “Essa questão da gestão dos recursos hídricos é importante. Tem muitas áreas degradadas tanto na questão de flora que interferem diretamente nos recursos hídricos e sem contar que hoje dentro do município uma quantidade inestimável de utilização indevida da água. Falta uma conscientização dos municípios na sensibilização não só da preservação, mas também na utilização dos recursos pela população, entender o uso e onde estão os gargalos dessa água perdida no meio do caminho. A gente precisava identificar essas questões e talvez num grupo maior não consiga fazer isso de forma mais pontual até pela questão política que envolve as administrações dos municípios. Eu penso que essa unificação seja boa em termos de força, mas de estratégia política talvez não seja interessante. É uma questão para analisar com bastante cautela. O importante é pensar e colocar bem na balança todos

os prós e os contras”. O Presidente Gustavo comentou a fala da Danielle: “também concordo que a supressão da vegetação superficial ela é um ponto sem controle sim. É uma coisa recorrente em toda a bacia e a contaminação dos afluentes, a contaminação clandestina e o uso irregular isso é um ponto em comum também que nós temos”. O conselheiro Washington declarou a sua opinião e disse: “Não somos a favor da fusão. A gente já está cansado de conversar aqui e realmente a fusão nesse momento não é tão importante assim”. A representante Maria de Lourdes pediu a palavra e propôs o agendamento de uma reunião conjunta para deliberarmos sobre esse assunto”. A representante do IGAM, Maria de Lourdes, sugeriu: “Nós poderíamos iniciar essa apresentação sobre o papel dos conselheiros e trazer essa apresentação principalmente com relação aos instrumentos de gestão, plano de bacia, outorga, cobrança e qual que é realmente o papel do comitê. Também falar sobre a União e como ficaria a questão de instrumentos, regimento interno para ficar bem claro para plenária que é quem decide tudo”. O Presidente Gustavo comentou e ressaltou: “Nós vamos aguardar e formalizar essa reunião. Sobre os municípios, a gente já levanta a bandeira sobre a participação do Poder Público Municipal há mais de dez anos e o comitê é um órgão político também é um paradoxo os municípios são os principais usuários e os principais poluidores. A gente quer fazer uma gestão hídrica para poder revitalizar a bacia e vai ter que se aproximar dos municípios e ajudá-los nesta gestão hídrica. A união desses comitês vai surtir efeito desde que o poder público esteja presente”. O Conselheiro Eduardo aproveitou para comentar que “os municípios são onde todas as ações acontecem e precisamos trazer a representatividade Municipal para o comitê que é um órgão gestor e fazer uma política de conscientização.” Novamente a Maria de Lourdes pediu a palavra e comentou a fala do Adriano sobre a questão de melhoria da participação e qualificação dos conselheiros. “Essa não foi uma fala do IGAM e eu acredito muito na melhoria da participação e qualificação dos conselheiros, na otimização das discussões, nas ações, no fortalecimento da gestão de recursos hídricos e no papel do comitê. Você também falou na questão da representatividade porque vai ter muito município e vai diminuir a representatividade. Depois de aprovarem a unificação é o Regimento Interno quem vai definir quantos conselheiros e a composição é a plenária. Outra coisa sobre o comentário na questão de deliberar sobre um assunto que não é aqui da minha bacia que eu não tenho conhecimento. O Eduardo falou que ninguém conhece a bacia toda. E também quando houver essa união vai vir a entidade equiparada para nos dar subsídio para isso e fazer aplicação do recurso. Se tiver o Plano Plurianual é para ser debatido, elaborado, formatado e deliberado, vai haver toda uma discussão das principais ações e estudos técnicos dentro das duas bacias. Ela também comentou sobre a dificuldade de acompanhamento e o gerenciamento dos 36 comitês, a respeito da cobrança e do funcionamento das agências equiparadas de outros comitês, a estrutura e o funcionamento das bacias hidrográficas e principalmente sobre a fusão dos comitês”. O presidente Gustavo sinalizou: “vamos aguardar a movimentação do IGAM com relação aos comitês para agendar essa próxima reunião e fica aqui o recado e aquela máxima que a gente fala há muito tempo que os municípios são os principais usuários e os principais poluidores”. ENCERRAMENTO: Finalizando a reunião, o presidente Gustavo comentou mais uma vez: “Nossa reunião foi um sucesso, travamos uma discussão e vamos aguardar na próxima reunião conjunta para debater mais ações sobre a unificação”. Ele agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBH GD2, lavrei a presente ata, aos 04 de julho de 2022, sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 04 de julho de 2022.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alvarenga Rodrigues, Presidente(a)**, em 27/09/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53368973** e o código CRC **41C56ED8**.

Referência: Processo nº 2240.01.0006351/2022-33

SEI nº 53368973